

DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA AMAZÔNIA: Infraestrutura, Capital Humano, Renda e Trabalho

**Michele Lins Aracaty e Silva
(Organizadora)**

DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA AMAZÔNIA: Infraestrutura, Capital Humano, Renda e Trabalho

**Michele Lins Aracaty e Silva
(Organizadora)**

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Natália Sandrini

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano

Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
 Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
 Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
 Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
 Prof^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
 Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
 Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof^a Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Prof^a Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
 Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Prof^a Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

D451 Desenvolvimento regional na Amazônia [recurso eletrônico] :
 infraestrutura, capital humano, renda e trabalho / Organizadora
 Michele Lins Aracaty e Silva. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF
 Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
 Modo de acesso: World Wide Web
 Inclui bibliografia
 ISBN 978-65-86002-44-7
 DOI 10.22533/at.ed.447201103

1. Amazônia – Desenvolvimento sustentável. 2. Planejamento regional – Amazônia. I. Silva, Michele Lins Aracaty e.
 CDD 338.9811

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

É com muita alegria e satisfação que apresentamos o terceiro e último livro desta trilogia que reúne trabalhos que tem como objeto de estudo o Desenvolvimento Regional no contexto amazônico. Este e-book completa um projeto de publicação colaborativa entre um grupo de pesquisadores e amigos.

Juntamente com os outros dois e-books anteriormente publicados, que são: *AMAZÔNIA: Desafios e Perspectivas para o Desenvolvimento Regional (2014)* e *AMAZÔNIA: Aspectos Singulares para o Desenvolvimento Regional (2019)*, este livro intitulado: *DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA AMAZÔNIA: Infraestrutura, Capital Humano, Renda e Trabalho*, apresenta como característica principal a composição por artigos científicos construídos por docentes, discentes, pesquisadores e amigos que discutem em seus estudos e pesquisas temas ligados à temática do livro.

Os oito artigos aqui selecionados são resultados de pesquisas, revisões bibliográficas, estudos de caso, projetos de iniciação científica e monografias desenvolvidas pelos autores, ou seja, é a soma do cotidiano da missão de ser docente, discente e trabalhar com pesquisas.

Nosso principal objetivo em produzir esta obra se alicerça na condição de compartilhar nossos conhecimentos e trabalhos de forma que estes possam ser utilizados por outros pesquisadores, alunos, professores e demais interessados nas áreas e assuntos abordados neste livro.

Este e-book assim como os demais trabalhos deste grupo terá o seu acesso livre para pesquisas e leitura de forma a ser um objeto de compartilhamento de informação e conhecimento agregado acerca dos temas aqui abordados.

Nos três primeiros capítulos, temos artigos provenientes de monografias de graduação. No primeiro capítulo, temos um artigo em que o discente tomou como base as potencialidades regionais analisando A Importância dos APL's de Fitoterápicos e Fitocosméticos para o Desenvolvimento Econômico do Estado do Amazonas entre os anos de 2010 a 2015 tendo como base as teorias econômicas do desenvolvimento econômico e regional. No segundo capítulo, a discente analisou os investimentos da Agricultura Familiar: uma análise do PRONAF e PAA para o Estado do Amazonas (1999-2017) tendo como base uma pesquisa bibliográfica e documental. Já no terceiro, o discente construiu o seu trabalho com o propósito de analisar o desenvolvimento dos municípios amazonenses, entre 1991 e 2016, à luz das teorias de desenvolvimento regional, a fim de confirmar a aplicação destas na explicação das dinâmicas regionais, no contexto do Amazonas, o artigo tem como título: Dependência e Desenvolvimento: Uma Análise dos Municípios Amazonenses sob a Ótica das Teorias de Desenvolvimento Regional

No quarto capítulo, o grupo responsável pela pesquisa tinha o propósito de

apresentar as normas relacionadas à tratativa e recuperação do meio ambiente, sobretudo àquelas resultantes das atividades econômicas. Assim, discutiu-se que as normas legislativas exercem peso de comando e de controle nos aspectos relacionados às atividades econômicas que impactam o meio ambiente natural. Mostra ainda o volume de ocupações em postos de trabalho formal nestas atividades. Os dados são extraídos do Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA, e cobrem um período de 11 anos (de 2006 a 2017) o artigo tem como título: Ocupações Formais em Atividades de Recuperação do Meio Ambiente: Considerações Legislativas

No capítulo seguinte, intitulado: Ecoturismo e Sustentabilidade: Considerações Acerca da Demanda Internacional para o Turismo de Floresta no Amazonas, os autores propuseram como objetivo verificar o desempenho do ecoturismo no Estado do Amazonas no período de 2004 a 2014. Para dar resposta ao objetivo proposto, utilizou-se dados do Anuário Estatístico de Turismo (Ministério do Turismo), bem como da Síntese dos Indicadores de Turismo do Amazonas (Amazonastur).

Já no sexto capítulo, intitulado: Agenda 21, Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e Agenda 2030: Uma Análise Crítica dos Guias de Municipalização apresenta como objetivo fazer uma reflexão acerca das estratégias, acertos, erros e desafios relacionados com a descentralização e a participação social que podem servir de aprendizado para o processo de localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável a partir da experiência brasileira no processo de municipalização dessas duas primeiras agendas.

No sétimo capítulo, onde o artigo construído pelos autores e intitulado: Pensamento Complexo e Racionalidade Ambiental: Alternativa à Crise Civilizatória e seus Efeitos Devastadores na Natureza apresentou como objetivo delinear e apresentar as contribuições de Morin e Leff para um mundo mais sustentável, com outros valores em termos de sustentabilidade e meio ambiente, com uma visão voltada à preservação do planeta e a um melhor uso dos recursos naturais disponíveis e com um olhar conservacionista, para que possamos salvar o que ainda nos resta da nossa Terra Pátria

No oitavo e último artigo, intitulado: Logística Reversa e o Meio Ambiente: Estudo de Caso em uma Recicladora Amazonense os autores propuseram analisar a importância da logística reversa para o meio ambiente, procurando esclarecer e descrever a logística reversa em uma empresa atuante no segmento. O objeto da pesquisa foi uma empresa que atua na reciclagem de materiais e que se coaduna aos conceitos da logística reversa localizada no Estado do Amazonas. Ressaltamos que este artigo assim como os três primeiros deste livro também é objeto de trabalho de final de curso de graduação.

Esperamos que os artigos aqui publicados possam contribuir para a seu crescimento acadêmico e profissional dos interessados, ficamos abertos às sugestões

e observações que nos forem destinadas.

Desejamos a todos uma excelente leitura e reflexão acerca dos artigos aqui compartilhados.

Profa. Dra. Michele Lins Aracaty e Silva
Manaus, 2020.

“A mente que se abre a uma nova ideia jamais voltará ao seu tamanho original”

Albert Einstein

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	10
A IMPORTÂNCIA DOS APLS DE FITOTERÁPICOS E FITOCOSMÉTICOS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO DO AMAZONAS	
Michele Lins Aracaty e Silva Erick Alves de Brito Coelho	
DOI 10.22533/at.ed.4472011031	
CAPÍTULO 2	28
A AGRICULTURA FAMILIAR: UMA ANÁLISE DO PRONAF E PAA PARA O ESTADO DO AMAZONAS NO PERÍODO DE 1999-2017	
Michele Lins Aracaty e Silva Isabela Sousa de Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.4472011032	
CAPÍTULO 3	44
DEPENDÊNCIA E DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE DOS MUNICÍPIOS AMAZONENSES SOB A ÓTICA DAS TEORIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL	
Michele Lins Aracaty e Silva Marcelo Peres Canuto	
DOI 10.22533/at.ed.4472011033	
CAPÍTULO 4	67
OCUPAÇÕES FORMAIS EM ATIVIDADES DE RECUPERAÇÃO DO MEIO AMBIENTE: CONSIDERAÇÕES LEGISLATIVAS	
Jaqueline Montenegro da Cruz Rúbia Silene Alegre Ferreira Eliza Affonso Lasmar Ethel Barros Cunha Maruccia M ^a do Perpétuo Socorro O. Robustelli	
DOI 10.22533/at.ed.4472011034	
CAPÍTULO 5	78
ECOTURISMO E SUSTENTABILIDADE: CONSIDERAÇÕES ACERCA DA DEMANDA INTERNACIONAL PARA O TURISMO DE FLORESTA NO AMAZONAS	
Rúbia Silene Alegre Ferreira Marklea da Cunha Ferst Antonio Geraldo Harb Luiz Cláudio Pires Costa	
DOI 10.22533/at.ed.4472011035	
CAPÍTULO 6	93
AGENDA 21, OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO E AGENDA 2030: UMA ANÁLISE CRÍTICA DOS GUIAS DE MUNICIPALIZAÇÃO	
Rafael Moraes Reis Wanessa da Costa Nascimento Waleska da Costa Nascimento Luis Carlos da Silva Braga Michele Lins Aracaty e Silva	
DOI 10.22533/at.ed.4472011036	

CAPÍTULO 7 109

PENSAMENTO COMPLEXO E RACIONALIDADE AMBIENTAL: ALTERNATIVA À CRISE CIVILIZATÓRIA E SEUS EFEITOS DEVASTADORES NA NATUREZA

Idelcleide Rodrigues Lima Cordeiro

Wanessa da Costa Nascimento

Vânia Galvão Costa

Rafael Moraes Reis

Carlos Geraldo de Britto Feitoza

DOI 10.22533/at.ed.4472011037

CAPÍTULO 8 122

LOGÍSTICA REVERSA E O MEIO AMBIENTE: ESTUDO DE CASO EM UMA RECICLADORA AMAZONENSE

Manoel Carlos de Oliveira Junior

Sandro Breval Santiago

Alline de Sena Gomes

DOI 10.22533/at.ed.4472011038

SOBRE A ORGANIZADORA..... 134

SOBRE OS AUTORES 135

DEPENDÊNCIA E DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE DOS MUNICÍPIOS AMAZONENSES SOB A ÓTICA DAS TEORIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Data de aceite: 13/02/2020

**Michele Lins Aracaty e Silva
Marcelo Peres Canuto**

RESUMO: O Amazonas é o maior Estado brasileiro em extensão territorial, dispõe de 62 municípios e possui baixa densidade demográfica. Com isso, a integração dessa região com o restante do Brasil, bem como o seu desenvolvimento é de fundamental importância, principalmente no que tange à soberania nacional. Assim, o setor público, em todas as esferas, possui importantes desafios, principalmente em relação ao desenvolvimento. Desse modo, políticas públicas, embasadas através da teoria, são necessárias para reduzir as disparidades regionais e, no intuito de investigar os agentes ou fatores de crescimento e desenvolvimento econômico nesses municípios, põe-se em evidência as teorias de desenvolvimento regional, bem como sua adequação e validade no contexto em questão. Temos o propósito de analisar o desenvolvimento dos municípios amazonenses, entre 1991 e 2016, à luz das teorias de desenvolvimento regional, a fim de confirmar a aplicação dessas na explicação das dinâmicas regionais, no contexto do Amazonas. Quanto aos aspectos metodológicos, realizou-se um estudo bibliográfico e documental, e cuja pesquisa caracteriza-se como qualitativa, com o uso do método descritivo e

explicativo com análise de conteúdo. A pesquisa relevou que apesar dos diversos empecilhos ao desenvolvimento desses municípios, esses continuam crescendo e quanto às teorias, foram aplicadas com adaptações.

PALAVRAS-CHAVE: Amazonas. Municípios. Desenvolvimento Econômico. Dependência.

INTRODUÇÃO

O Estado do Amazonas é o maior estado brasileiro em extensão territorial, possuindo área de 1.559.146,876 km², segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), superando assim a área das regiões Sul e Sudeste somadas. Com base nestes dados, o Amazonas seria maior que os países da América do Sul e da Europa, com exceção da Argentina e da Rússia, além do Brasil. Se fosse um país, o estado seria um dos 20 maiores do mundo em extensão territorial.

Aliado à sua imensidão territorial, o estado do Amazonas possui grande parte do Bioma Amazônia, que por sua vez engloba a maior biodiversidade do mundo além de outras riquezas naturais, hidrográficas e minerais situadas em seu território. Contudo, o Amazonas é um dos estados menos povoados do Brasil, ocupando a penúltima posição neste quesito, possuindo uma densidade demográfica de 2,23 hab/km².

Ademais, o mesmo possui 62 (sessenta

e dois) municípios, sendo que desses nenhum possui o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) muito alto, 1 (um) alto, de sua capital Manaus, 14 (quatorze) médio, 40 (quarenta) baixo e 7 (sete) muito baixo. Com isso e observando-se um cenário nacional quando se comparado à outras regiões, estados e municípios, percebe-se, em primeira vista, que os municípios abrangidos pelo estado do Amazonas ficam para trás quando se observa o ritmo de desenvolvimento humano, social e econômico de outras regiões.

Quando se imagina o desenvolvimento, em geral, de uma região é necessário se ter em mente o conceito de desenvolvimento regional. Sendo assim, hoje, as principais teorias que abordam esse tema embasam-se na industrialização como o meio para atingi-lo, através de relações em cadeia, visando impulsionar as principais atividades econômicas da região atingida (CAVALCANTE, 2008).

Entretanto, apesar desses municípios possuírem alguma atividade econômica que incrementam o Produto Interno Bruto (PIB) do município, o setor público é o que chama mais atenção por, não só exercer suas funções, como também por incrementar a grande parte do PIB desses municípios, com algumas, poucas, exceções, como a capital, Manaus, que abriga o Polo Industrial de Manaus (PIM), atividade econômica e industrial relevante e em expansão considerável de modo a impactar a estrutura socioeconômica de seus respectivos territórios.

Ademais, segundo a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), dos 62 (sessenta e dois) municípios do Amazonas, 14 (quatorze) possuem mais de 97% de suas receitas oriundas de fontes externas e 61 (sessenta e um) acima de 85%, com isso a dependência desses repasses, estabelecidos em lei, tanto estaduais quanto federais causam dependência econômica de uma região a fatores exógenos, e aliado a isso, percebe-se a má gestão de tais repasses por parte dos gestores municipais, observado pelas 1.381 contas reprovadas, no período de 2008 a 2018, pelo Tribunal de Contas do Estado do Amazonas.

Em um primeiro momento, percebe-se que os municípios do Amazonas, em sua maioria, encontram-se pouco produtivos ou possuem a administração pública como a atividade com maior valor bruto adicionado que outras atividades, propriamente, produtivas. Além disso, apresentam altos índices de dependência econômica aliado a má gestão dos recursos repassados e, por fim, baixíssimos níveis não só de crescimento econômico como também de desenvolvimento humano quando observado outras regiões, demonstrado pelos índices que compõe o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e entre outros.

Sendo assim, torna-se necessário a produção de conteúdo científico, específico e adaptado para região, levando-se em consideração o conteúdo produzido ao longo dos anos pela teoria econômica. Ademais, as teorias de desenvolvimento regional trazem importantes contribuições, servindo de suporte para se levantar hipóteses e embasar teses para que elas possam prestar suporte às políticas públicas que visem impulsionar o desenvolvimento desses municípios.

Essas teorias oferecem um alicerce para verificar e explicar, em um primeiro momento, que o grau de dependência dos municípios amazonenses tenderá a permanecer, mediante a baixa atividade econômica ocasionado pela condição geográfica, que por sua vez impede que mudanças primárias em outras variáveis aconteçam, e conseqüentemente faz com que uma série de eventos sistemáticos e necessários ao desenvolvimento não ocorram.

ASPECTOS TEÓRICOS

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

O Desenvolvimento Econômico é hoje, o principal objeto de estudo da Ciência Econômica, além de estar, significativamente, presente, ainda que indiretamente, em todas as ciências humanas e sociais.

Com isso, para Klein (2017, p. 15):

[...] a teoria do desenvolvimento econômico busca explicar, numa perspectiva macroeconômica, as causas e o mecanismo do aumento persistente da produtividade, bem como a maneira como esse processo se reflete na produção e a forma com que se distribui no produto social.

Assim, essa importância se dá na medida que seu entendimento torna o homem apto a compreender eventos históricos que motivaram mudanças na estrutura de sociedades, expressando tal compressão através de teorias que melhor explicam esses processos, podendo essas serem utilizadas para subsidiar ações no presente tendo em vista o bem-estar futuro dessas sociedades.

Com isso, segundo Madureira (2015) o desenvolvimento econômico é um conceito, de certa forma, bastante antigo e cercado de controvérsias. Desta maneira, para iniciar a abordagem acerca do desenvolvimento econômico torna-se pertinente ter em vista a passagem dos períodos históricos da Pré-História à História da humanidade e observar, de alguma forma, as nuances em comparação com a atualidade.

Para Maquiavel (1979):

Quem estuda a história contemporânea e da antiguidade verá que os mesmos desejos e as mesmas paixões reinaram e reinam ainda em todos os governos, em todos os povos. [...] disto resulta que as mesmas desordens se renovam em todas as épocas (MAQUIAVEL, 1979, p. 133).

Para Furtado (1963) desenvolvimento econômico é o aumento do fluxo de renda real, isto é, um incremento na quantidade de bens e serviços por unidade de tempo, à disposição de determinada coletividade.

Oliveira (2002) apud Madureira (2015) acredita que o desenvolvimento econômico deve resultar do crescimento econômico e necessariamente deverá estar

acompanhado de melhorias visíveis na qualidade de vida da população.

O desenvolvimento econômico é um conceito mais qualitativo, incluindo as alterações da composição do produto e alocação de recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia).

Segundo Kuznets (1970, p. 10) o aspecto característico do moderno desenvolvimento econômico é a frequente combinação de altas taxas de aumento populacional total e do produto *per capita*, implicando taxas ainda mais elevadas de expansão do produto total, ou seja, quanto mais a população de determinada região cresce e quanto mais tal população torna-se produtiva mais riqueza essa gerará.

Por fim, para Oliveira (2002):

O desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social. Desenvolvimento nada mais é que o crescimento – incrementos positivos no produto e na renda – transformados para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, dentre outras. (OLIVEIRA, 2002, p. 40).

ETAPAS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE ROSTOW

Rostow (1971; 1978) fez uma análise mais aprofundada dos processos de transição da economia. Este autor, ao elaborar as etapas do desenvolvimento econômico, baseia-se no princípio de que a sociedade evolui de uma forma primitiva, de subsistência, até alcançar uma forma mais avançada, com altos níveis de consumo (KLEIN, 2017) o mesmo observa as sociedades modernas e os níveis pelas quais elas passaram ao decorrer de seu desenvolvimento.

Além da perspectiva histórica, Rostow (1971; 1978) apud Klein (2017) utiliza conceitos da teoria da produção (consumo, investimentos e poupança), para destacar alguns fatores que deveriam estar presentes nas economias dos países, para avançarem em seu processo de desenvolvimento.

Desse modo, Rostow une elementos históricos com ferramentas da Ciência Econômica, que em sua época já se encontrava rebuscada para tal análise e evidencia 5 (cinco) etapas de transformações. São elas: a sociedade tradicional, pré-condições para o arranco, arranco, marcha para maturidade e a era do consumo em massa.

PERROUX: POLOS DE CRESCIMENTO

Na década de 1950, após uma série de estudos desenvolvidos, François Perroux expos seu mais célebre trabalho: a Teoria dos Polos de Crescimento e que posteriormente foram enriquecidos por Jacques Boudeville.

Perroux (1967) busca verificar o desenvolvimento de determinados territórios e regiões através da expansão de determinadas indústrias, visando descrever não só o surgimento, como também a expansão dessas que acontece através da acumulação de capital por determinadas indústrias decorrentes de fluxos monetários (MADUREIRA, 2015).

Segundo Perroux (1967, p. 164) o crescimento não surge em toda a parte ao mesmo tempo, esse manifesta-se com intensidades variáveis, em pontos ou polos de crescimento; propagando-se através de vias distintas e com isso gera efeitos finais diversos no conjunto da economia.

Além disso, de acordo com Lima (2006) apud Madureira (2015) a Teoria dos Polos de Crescimento não se baseia na concorrência entre as fábricas presentes num determinado lugar, e sim, em empresas específicas, que pela sua posição e tamanho podem exercer influência sobre as demais, firmando um papel dominante sobre elas.

Na medida em que o lucro é o motor da expansão e crescimento capitalistas, a ação motriz não decorre da prossecução e realização de lucro por cada empresa individual, apenas ligada às outras pelo preço, mas sim da prossecução e realização de lucro por empresas individuais que singularmente sofrem as consequências do volume de produção, do volume de compras e serviços e da técnica praticada pelas outras empresas. (PERROUX, 1967 p. 168).

Em suma, Perroux (1975) evidencia que determinadas empresas ou indústrias destacam-se mais que outras e, assim, assumem posições de liderança no crescimento das demais. Ainda, a posição alcançada pelas indústrias ou empresas tem um importante papel no desenvolvimento das demais.

Sendo assim, a indústria que impulsiona o desenvolvimento da região é denominada de motriz e mais cedo do que as outras, desenvolve-se segundo formas que são as da grande indústria moderna” (PERROUX, 1967, p. 166). Ademais, tal diferenciação é vista através das taxas de crescimento cujas indústrias motrizes possuem taxas de crescimento que superam a média do crescimento de outrem durante determinado período.

Outrossim, é através de determinadas diferenciações em seus processos produtivos, advindos, geralmente, da inovação tecnológica, que são propiciados as vantagens para que uma indústria nova ou já existente se torne motriz e com essa diferenciação das demais indústrias, movidas, passa-se a haver um crescente acúmulo de capital, fazendo com que essa indústria se expanda e conseqüentemente dinamize as demais indústrias, evidenciando economias externas, devido as interações diretas e indiretas e através do intercâmbio tecnológico e da propagação entre as economias de preços, antecipações e fluxos.

Assim, para Perroux (1967) o complexo de industrial posto em análise seria composto por três elementos fundamentais, são eles: a) indústria chave, regime não

concorrencial do complexo e concentração territorial do complexo.

Myrdal: causação circular cumulativa

Myrdal analisa a dinâmica regional através de uma visão mais intuitiva, não tirando o caráter científico de seus estudos, o que é evidenciado quando laureado com o Prêmio Nobel de Economia, em 1974, por seus estudos relacionados às análises da interdependência dos fenômenos econômicos, sociais e institucionais.

Para Myrdal (1965) o desenvolvimento se manifesta de diferentes formas entre os países, destacando as disparidades dos mesmos e, com isso, os divide em dois grupos: a) países desenvolvidos, caracterizados por altos níveis de renda per capita; integração nacional e investimento e b) países subdesenvolvidos, caracterizados por baixos níveis de renda per capita e de crescimento.

Além disso, Myrdal (1965) apud Madureira (2015, p. 12) aponta que na explicação do desenvolvimento e subdesenvolvimento estão envolvidos inúmeros fatores econômicos e fatores não-econômicos. Ainda, destaca que os fatores não-econômicos, à época, normalmente possuíam pouco valor e eram desprezados pelos economistas por sua difícil mensuração, entretanto são de fundamental importância para explicar os fenômenos determinantes do desenvolvimento. Vale destacar a escassez de dados, no século XX, de fatores ligados indiretamente, porém de profunda relevância, com a economia tradicionalmente conhecida.

Isto posto, Myrdal (1965) destaca que há disparidades de crescimento dentro dos próprios países e diante dessas constatações ele faz as seguintes generalizações: a) há um pequeno grupo de países em situação econômica bastante favorável e um grande número de países em situação econômica desfavorável, b) o grupo de países em situação econômica favorável apresentam um desenvolvimento econômico contínuo; ocorrendo o oposto no grupo dos subdesenvolvidos e c) nas últimas décadas as disparidades econômica entre os países desses grupos aumentaram.

De acordo com Myrdal,(1965) apud Lima, (2010, p. 9) a teoria econômica, à época, não possuía instrumentos suficientes para lidar com as disparidades regionais, uma vez que a noção de equilíbrio estável, hipótese predominante à época, não era suficiente para explicar a complexidade do sistema econômico, a separação entre fatores econômicos e não econômicos limitava a análise, pois os econômicos eram fundamentais para a explicação do processo.

Diante disso, Myrdal desenvolve a Teoria da Causação Circular Cumulativa, utilizada para explicar a dinâmica regional, considerando questões além dos fatores econômicos e que o sistema econômico é algo mais complexo e desequilibrado. Ademais, o autor aproveita-se da noção de ciclo vicioso e ciclo virtuoso para explicar como um processo pode tornar-se circular e cumulativo, podendo esse ocorrer nas duas direções, positiva e negativa, e caso não regulado, aprofundará as disparidades entre as regiões.

Usa do círculo vicioso da pobreza para explicar o processo de acumulação circular negativo das economias de países pobres, visto que:

O conceito envolve, naturalmente, uma constelação de forças, que tendem a agir e a reagir interdependentemente, de sorte a manter um país pobre em estado de pobreza. [...] Assim, um homem pobre talvez não tenha o bastante para comer; sendo subnutrido, sua saúde será fraca; sendo fraco, sua capacidade de trabalho será baixa, o que significa que será pobre, o que por sua vez, implica dizer que não terá o suficiente para comer; e assim por diante. Uma situação dessas, aplicada a todo um país, pode reduzir-se a uma proposição truística: “um país é pobre porque é pobre”. (MYRDAL, 1965, p. 32).

Diante disso, um processo de causação circular cumulativa pode ser válido para explicar uma infinidade de processos sociais e econômico que tenha como resultado o estado de desenvolvimento ou subdesenvolvimento de uma região.

A Teoria da Causação Circular Cumulativa busca evidenciar como, através de um círculo virtuoso, o crescimento econômico de uma região propaga-se positivamente em outras variáveis como: geração de empregos, aumento da renda, movimento de capitais, migração de capital humano, aumento da taxa de natalidade e entre outras. Também, por outro lado, através de um círculo virtuoso, o crescimento econômico de uma região propaga-se negativamente nessas mesmas variáveis, no sentido de que poderá provocar o fechamento de empresas ampliar o desemprego que, por sua vez, diminuirá a renda da região e conseqüentemente o consumo o que, aprofundará o fechamento das empresas e assim por diante, em um ciclo, e caso não ocorra mudanças exógenas, essa região se tornará menos atrativa, ocasionando migração dos fatores de produção como capital e trabalho para regiões mais atrativas.

Para Madureira (2015) A Teoria da Causação Circular preocupa-se em analisar as inter-relações que acontecem dentro de um sistema social, enquanto o sistema econômico movimenta-se com base em questões exógenas. Ademais, as questões sociais, que por muito foram descartadas pela análise da teoria econômica, tais como educação, saúde, emprego, preconceito etc., estão intimamente ligadas ao processo de causação circular, onde a alteração nessas ocasiona mudanças em outras variáveis e assim por diante, cumulativamente.

Por fim, Myrdal (1965) destaca que o processo de causação circular cumulativa não só pode, como deve ser afetado por políticas públicas, onde o plano nacional representa um compromisso com sociedade para o desenvolvimento daquela região. Além disso, não deve haver preocupação com custos ou lucros quando da elaboração destes planos, devendo ser realizado em termos reais, considerando que a maioria dos investimentos necessários ao desenvolvimento não são, em um primeiro momento, lucrativo para os capitalistas, entretanto, em período posterior ao plano de desenvolvimento o ambiente econômico favorece o surgimento de economias externas.

DEPENDÊNCIA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Nas últimas três décadas o Brasil passou por grandes mudanças nas suas estruturas político-econômico-social, fato esse acentuado a partir de 1988, ano da promulgação da atual, constituição brasileira. A partir disso, surgiram diversos novos municípios e houve também a criação do estado do Tocantins, ressalta-se que todo esse processo ocorreu em um período, para o padrão do período histórico de desenvolvimento dos países da América Latina, curto.

Visto isso, para Gianetti (2016) apud Canzian (2016) o Brasil cometeu uma enorme extravagância na criação de 1.179 novos municípios da Constituição de 1988 para cá. Além da geração de máquinas burocráticas com custos enormes e sem atividade-fim, eles ficaram sem uma realidade financeira.

Isto posto, observa-se que há uma crescente disparidade no desenvolvimento regional e, por consequência, uma desigualdade nas condições político-sociais entre os cidadãos de um mesmo Estado, em confronto com a dignidade humana (PAMPLONA, 2009). Diante disso, as transferências intergovernamentais se apresentam como um instrumento, fundamental, para mitigar as diferenças socioeconômicas nas regiões brasileiras.

Ademais, segundo Canzian (2016) cerca de 70% dos municípios brasileiros dependiam, em 2016, em mais de 80% advindas de fontes externas à sua arrecadação. Além disso, segundo o IBGE, no estado do Amazonas, por exemplo, grande parte dos municípios dependem mais que 95% de transferências intergovernamentais, destaque para o município de Guajará, com 97,9%, outrossim, em geral, no Amazonas, aproximadamente 98% dos municípios dependem mais que 80% de fontes externas à sua arrecadação, visto isso, apenas a capital amazonense, Manaus, depende menos que 80. Ressalta-se que o índice que mensura o a dependência é o Grau de Dependência das Transferências.

Isto posto, diversos autores, como Gianetti (2016) apud Canzian (2016), acreditam que o constante repasse de recursos, caracterizado pela dependência, tem como consequência má utilização desses.

Município	Dependência	Município	Dependência
Alvarães	97,05%	Japurá	97,06%
Amaturá	96,34%	Juruá	95,26%
Anamá	94,40%	Jutai	97,04%
Anori	95,83%	Lábrea	95,82%
Apuí	93,34%	Manacapuru	88,33%
Atalaia do Norte	99,01%*	Manaquiri	96,56%
Autazes	93,85%	Manaus	59,55%
Barcelos	94,94%	Manicoré	93,31%
Barreirinha	94,40%	Maraã	92,86%
Benjamin Constant	88,31%	Maués	91,16%

Beruri	95,69%	Nhamundá	96,91%
Boa Vista do Ramos	96,71%	Nova Olinda do Norte	96,88%
Boca do Acre	95,92%	Novo Airão	96,92%
Borba	94,17%	Novo Aripuanã	97,60%
Caapiranga	93,35%	Parintins	89,89%
Canutama	91,24%	Pauini	96,57%*
Carauari	94,07%	Presidente Figueiredo	86,07%
Careiro	95,64%	Rio Preto da Eva	95,59%
Careiro da Várzea	95,69%	Santa Isabel do Rio Negro	99,01*
Coari	83,37%	Santo Antônio do Içá	97,39%
Codajás	95,96%	São Gabriel da Cachoeira	95,00%
Eirunepé	98,21%	São Paulo de Olivença	96,61%
Envira	89,04%	São Sebastião do Uatumã	92,18%
Fonte Boa	92,07%	Silves	93,75%
Guajará	97,90%	Tabatinga	93,24%**
Humaitá	88,70%	Tapauá	96,91%
Ipixuna	97,51%	Tefé	93,75%
Iranduba	86,23%	Tonantins	96,48%
Itacoatiara	84,88%	Uarini	94,47%
Itamarati	97,15%	Urucará	89,32%
Itapiranga	95,56%	Urucurituba	97,40%

Quadro 1 - Dependência de Transferências dos Municípios Amazonenses

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE (2015)

No Quadro, pode-se observar o Grau de Dependência das Transferências dos Municípios Amazonenses, onde é visto que a maior parte dos municípios amazonenses, como anteriormente dito, tem a maior parte de suas receitas advindas de transferências governamentais, sendo que o maior é Guajará e o menor, Manaus.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada no decorrer da pesquisa é mista, que une técnicas de pesquisa qualitativa e quantitativa, com elementos estatísticos, etnográficos, comparativos e históricos. Diante disso, a presente pesquisa pode ser classificada como bibliográfica, desenvolvida a partir de material já elaborado. Outrossim, também se classifica como descritiva visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Além das bibliografias e como fonte de dados serão utilizados dados, compilados, tratados ou não, de publicações e disponíveis sítio eletrônico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Entretanto, torna-se imprescindível, para maior especificidade e acurácia das variáveis e eventos em questão, o uso de dados do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI) do Tesouro Nacional. Além desses, destaca-se também o uso de dados do Atlas de

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao iniciar a análise de dados bem como a interpretação, a partir destes, dos autores de desenvolvimento regional, vale ressaltar que as regiões em análise, 62 (sessenta e dois) municípios, possuem, como qualquer região em comparação com outras, heterogeneidade, a generalização dessas, considerando-as entes homogêneos, fugiria do caráter científico deste trabalho. Assim, tendo em vista a problemática os objetivos propostos neste trabalho, buscou-se investigar agentes ou características, semelhantes entre os municípios, que levem ao desenvolvimento, sem entanto, impor interpretações dogmáticas, onde essas não só podem, como devem ser exploradas, caso a caso, minuciosamente por outros trabalhos.

Ao contrário das teorias de desenvolvimento econômico que dispõem que uma vez iniciado o processo de desenvolvimento, este seguiria de forma natural, Myrdal (1965) e Hirschman (1961) contradizem essas, visto que, comumente, em países subdesenvolvidos, não só o desenvolvimento econômico surge, como também inúmeros problemas e distorções devido ao seu crescimento econômico. Assim, esses autores usam a teoria de Rostow (1974) uma vez que essa versa sobre etapas para o desenvolvimento em países subdesenvolvidos, não estipulando receitas para tal.

Nessas circunstâncias, considerando o país como o Estado do Amazonas, torna-se inegável o crescimento econômico do Estado após a implantação da Zona Franca de Manaus (ZFM) na década de 50 e os benefícios como um todo que este transfere do Polo Industrial de Manaus, capital do Estado, para a região metropolitana e, em menor escala, para o restante dos municípios do interior, que eram desprovidos de condições básicas de povoamento e de interação com outras regiões do Estado e do Brasil, contudo, sua implantação trouxe algumas distorções no desenvolvimento dos mesmos.

Para observar como as teorias de desenvolvimento regional podem ser aplicadas na explicação do processo de desenvolvimento econômico das regiões em questões, torna-se necessária observar as etapas de desenvolvimento, em particular as descritas por Rostow (1974), uma vez que esta é fundamental para a compreensão das teorias dos autores em questão.

Hoje apenas Manaus, devido ao Polo Industrial de Manaus, alcança a quarta etapa de desenvolvimento de Rostow, Marcha Para a Maturidade, onde para Madureira (2015) é caracterizada por índices de crescimento da produção superam os de crescimento demográfico que diminuem o desemprego aliado a internacionalização e intensificação comercial em virtude do aumento de novas indústrias, e a incorporação da tecnologia em todos os níveis de produção.

Por fim, chegando ao final do século XX e início do XXI, torna-se possível mensurar o desenvolvimento dos municípios amazonenses bem como o seu grau de dependência, não só em relação a Manaus como também as transferências intergovernamentais.

Segue abaixo os Gráficos 1, 2 e 3, que mostram o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de todos os municípios do Amazonas dos anos de 1990, 2000 e 2010.

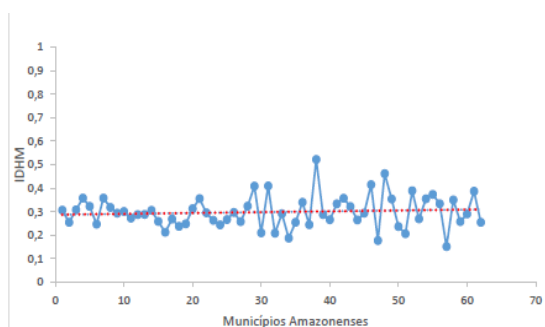


Gráfico 1 - IDHM dos Municípios Amazonenses (1991)

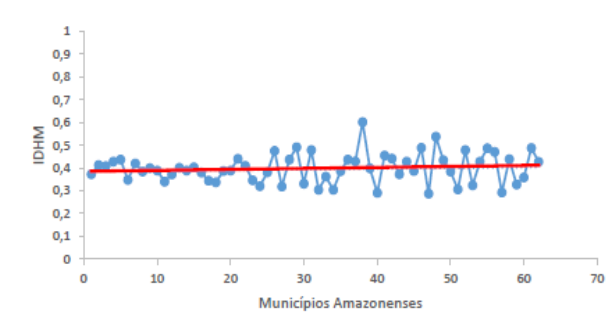


Gráfico 2 - IDHM dos Municípios Amazonenses (2000)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponibilizados pelo PNUD (2013)

Na primeira divulgação do principal indicador que mensura, numericamente, o desenvolvimento socioeconômico dos municípios, o IDHM, em 1991, percebe-se no Gráfico 1 certa similaridade deste índice entre os municípios amazonenses, onde a média destes é de 0,298, muito baixo segundo classificação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), e 61 dos 62 municípios são classificados como muito baixo, destaque para a capital, Manaus. Ademais, os cinco maiores IDHM ficam, em ordem decrescente: Manaus, Presidente Figueiredo, Parintins, Itapiranga e Itacoatiara

Apenas 09 (nove) anos após a divulgação dos primeiros dados acerca do IDHM, em 1991, novos dados são divulgados. Deste modo, nos índices municipais relativos ao ano de 2000, percebe-se elevação desses, agora com média de 0,399 e destaque para, novamente, Manaus e Presidente Figueiredo, que se elevam, respectivamente, ao IDHM: Médio e Baixo, permanecendo, os outros 60 (sessenta) municípios com grau de muito baixo, mas com todos elevando seu IDHM, principalmente na ótica da longevidade, permanecendo a Educação sendo um dos principais problemas daquele ano. Visto isso, os cinco maiores IDHM, ficam, em ordem decrescente: Manaus, Presidente Figueiredo, Itacoatiara, Parintins e Urucará.

Além disso, com a divulgação dos dados de 2000, é possível também mensurar o quanto cada município cresceu referente ao ano de 1990, os dados de todos os municípios encontram-se no apêndice deste trabalho, em resumo, o crescimento médio no IDHM de todos os municípios é de 36,55%, com destaque para o crescimento de Tapauá de 94,04%, município este que em 1990, ocupava a

última colocação no ranking estadual.

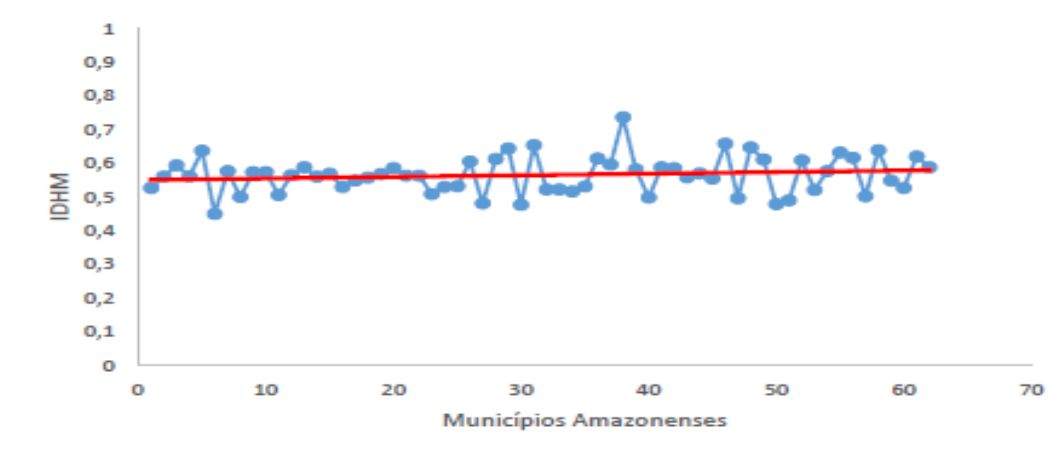


Gráfico 3 - IDHM dos Municípios Amazonenses (2010)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponibilizados pelo PNUD (2013)

Em 2010, novamente, há um perceptível aumento no IDHM, em geral, dos municípios, seguindo o mesmo padrão, a média agora eleva-se para 0,565, com média de crescimento de 43,49% entre 2000 e 2010. Em 2000, apenas Manaus possuía IDHM médio, Parintins, baixo, e os 60 municípios restante, muito baixo, neste momento, 2010, Manaus eleva-se para IDHM de 0,737, considerado alto pelo PNUD, e outros 14 (quatorze) municípios elevam-se para IDHM médio, permanecendo 39 (trinta e nove) baixo e 7 (sete) muito baixo.

No geral, entre 1991 e 2010, a média aritmética de elevação do IDHM dos municípios, considerando suas variações, é de 96,33%. Assim, o desenvolvimento socioeconômico é evidente em todos os municípios, com aumento de todas as óticas do IDHM, longevidade, 25,45%, Renda, 16,72% e de forma mais expressiva a Educação, 465,01%. Ademais, o exacerbado grau de elevação na educação deve-se pelo fato de que os patamares de 1991 eram demasiadamente baixos, observando que em 2010, apenas Manaus e Parintins possuíam IDHM ótimo da Educação, considerados médio, classifica-se o restante dos municípios como baixo ou muito baixo. Os dados, divulgados, também, pelo PNUD coloca o IDH do Amazonas em 1991, 2000 e 2010, como, respectivamente 0,430; 515; 0,674.

Outro fator relevante é que apesar de todos os municípios do estado terem se desenvolvido, demonstrado pela melhora de seu IDHM, em termos nacionais, a maior parte dos municípios que melhoraram de forma significativa em âmbito estadual, sofreu regressões em âmbito nacional, como demonstrado no ranking presente no Apêndice A deste trabalho. No referido Quadro, algumas posições no estado se repetem, por municípios terem IDHM idênticos. Logo, a explicação para esse fenômeno, de desenvolvimento, mas piora nacionalmente, é a de que desde 1991, conforme o Atlas Nacional do IBGE (2010), surge 1.016 municípios entre 1991 e 2000, onde grande parte desses advém da emancipação de outras regiões, já

desenvolvidas. Entretanto de 2000 a 2010, surgiu apenas 58 novos municípios, e os municípios amazonenses continuaram a declinar de posição nacional, explica-se pelo maior e mais rápido desenvolvimento dos outros municípios brasileiros.

Visto isso, torna-se necessário analisar o produto *per capita*, ou PIB *per capita*, elemento fundamental na explicação das teorias de desenvolvimento econômico, onde sua elevação é tida como pressuposto do desenvolvimento econômico nas teorias de desenvolvimento regional aqui discutidas.

Assim, depreende-se que a essencialidade do produto *per capita* para o desenvolvimento dá-se devido ao aumento do produto, expresso por maior produção de bens e serviços na região, que gera externalidades positivas para aquela sociedade, no sentido de não só maior arrecadação governamental, através de imposto, como também maior dinâmica na região, principalmente quando relacionada com outras, adiante, observado a causação circular cumulativa de Myrdal, este tema será retomado.

Visto isso, o presente no Apêndice B deste trabalho, demonstra o Produto Interno Bruto *per capita* dos municípios amazonenses, de 2000, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015. Percebe-se que todos os municípios ao decorrer dos anos tiveram seus produtos *per capita* elevados de forma significativa, com declínios, em geral baixos, e com posterior recuperação, destaque para o ano de 2012, com queda na deste em grande parte dos municípios. Ademais, é possível verificar, no Gráfico 4, a situação do produto *per capita* dos municípios em questão no ano de 2000.

No gráfico, o eixo horizontal representa os 62 (sessenta e dois) municípios do Amazonas, sem, no entanto, devido à grande quantidade, representá-los individualmente por nomes, tão somente por pontos. Assim sendo, há dois grandes destaques, o maior deles é Coari, com Produto *per capita* de R\$ 13.582,73 e logo abaixo, Manaus, com R\$ 11.037,02, o restante dos municípios seguem um padrão, cuja média é R\$ 1.655,55.



Gráfico 4 - Produto Per Capita dos Municípios Amazonenses (2000)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponibilizados pelo IBGE (2001).

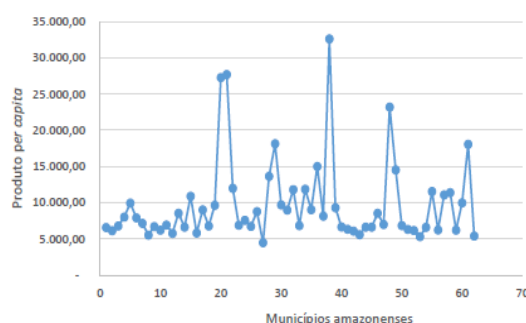


Gráfico 5 - Produto Per Capita dos Municípios Amazonenses (2015)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponibilizados pelo IBGE (2017).

Ademais, no Gráfico 5, o eixo horizontal representa os 62 (sessenta e dois) municípios do Amazonas, sem, no entanto, como no quadro anterior e devido à grande

quantidade, representá-los individualmente por nomes, tão somente por pontos. Assim sendo, a tendência do PIB *per capita* semelhante na maioria dos municípios se mantém, contudo, destaques para Coari, Manaus, Codajás e Presidente Figueiredo com valores da variável aqui em análise acima dos R\$ 20.000,00.

Percebe-se que no Apêndice B, de 2000 a 2015, elevação no produto *per capita* municipal e onde a atividade com maior valor adicionado bruto nos municípios é, com algumas, mas expressivas exceções, a administração, defesa, educação e saúde pública e seguridade social, ou seja, atividades ligadas ao setor público. Assim, dos municípios amazonenses, 6 (seis) desses não possuem atividade de maior valor adicionado bruto ao PIB *per capita* o setor público, sendo esses os que possuem maior PIB *per capita*. Entretanto, outras atividades incrementem seu PIB, sendo elas: demais serviços, produção florestal, pesca, aquicultura, pecuária e em alguns casos indústrias extrativas, ou seja, obviamente, não se limitando à circulação de papel moeda proveniente do setor público.

Até esse momento, foi visto o papel das transferências intergovernamentais. Assim, observado que a maioria dos municípios amazonenses possuem o setor público como um importante agente que não só aloca os recursos arrecadados, como também que provem atividades com maior valor adicionado bruto municipal. Sendo assim, as receitas desses municípios, tem um papel fundamental na composição do PIB municipal, observado o Quadro 4, que expõe o grau de dependência das transferências intergovernamentais dos municípios amazonenses.

Sendo assim, o tanto o setor privado, representado neste ponto pelas atividades produtivas, alheias à Administração Pública, e o setor público, representado pelas atividades, que visam, em um primeiro momento a maximização do bem-estar da população e que são ligadas à sua função tradicional deste setor: alocativa; distributiva e estabilizadora, possuem um importante papel no desenvolvimento regional. Sendo ambos os setores possuem importância, indiretamente ou diretamente pelo público, e sempre diretamente pelo privado, por incrementos na renda da população de seus municípios.

Com isso, observado a realidade e visto a relevância dos setores, público e privado, no desenvolvimento regional desses municípios, a fase em que se encontram nas etapas de Rostow propõe-se observar a dinâmica das regiões através da ótica das teorias de desenvolvimento regional, especificamente relativas ao segundo grupo, cujos principais expoentes foram: Myrdal, Hirschman e Perroux.

Para explicar a grande disparidade de crescimento e desenvolvimento econômico do município Manaus, capital do Amazonas, frente ao restante dos municípios, verifica-se Perroux e sua Teoria dos Polos de Crescimento, esta que descreve sobre o surgimento e a expansão de indústrias que acontece em função dos preços das mercadorias e dos consequentes fluxos monetários, ressaltando que a transformação da natureza, da matéria prima ao bem ou produto final é propiciada por constantes invenções que originam novas indústrias.

Em Manaus, o Polo Industrial de Manaus, foi criado em fins da década de 60, justamente com o propósito de desenvolvimento regional, abrigando cerca de 600 (seiscentas) indústrias e cuja implantação e crescimento propiciou um crescimento em massa da população de Manaus, concentrando, até os dias de hoje, a maior aglomeração populacional do Amazonas, visto crescimento na tabela abaixo.

Censo (ano)	População (mil habitantes)	Taxa de Crescimento
1960	175.343	25,6%
1970	314.197	79,2%
1980	642.492	104,5%
1991	1.010.544	57,3%
2000	1.403.796	38,9%
2010	1.802.014	28,4%

Tabela 1 - População de Manaus e seu crescimento (1960-2010)

Fonte: Elaboração Própria a partir de dados do IBGE (1872-2010)

Na Tabela percebemos que, entre 1970 e 1980 a população de Manaus dobrou, muito disso devido ao início da industrialização na cidade, após a instalação do Polo Industrial de Manaus em 1967, aumentando significativamente desde então.

Para Perroux (1967, p. 164) “[...] o crescimento não surge em toda a parte ao mesmo tempo, manifesta-se com intensidades variáveis, em pontos ou polos de crescimento; propaga-se, segundo vias diferentes e com efeitos finais variáveis no conjunto da economia”. Deste modo, apesar de não surgir de forma natural, e sim induzida através da intervenção governamental, o crescimento foi acentuado em Manaus e partir disso propagado para região metropolitana e, naquele momento, em menor proporção ao restante dos municípios.

Perroux, como visto no referencial teórico deste trabalho, aborda três elementos na análise sobre os polos de crescimento: indústria-chave, regime não concorrencial e o efeito da aglomeração industrial, este último, segundo o autor “Num polo industrial complexo geograficamente concentrado e em crescimento, registram-se efeitos de intensificação das atividades econômicas devidos à proximidade e aos contatos humanos”. (PERROUX, 1967 p. 174). Desta forma, o crescente aumento das indústrias no Polo Industrial de Manaus, que hoje, segundo a Superintendência da Zona Franca de Manaus (2017), possui mais de 600 (seiscentas) indústrias, faz com que Manaus se diferencie cada vez mais em termos de desenvolvimento e crescimento econômico frente aos outros municípios amazonenses.

Além disso, para Perroux (1967) *apud* Madureira (2015) uma economia em crescimento caracteriza-se por uma combinação de agentes ativos, expressos por indústrias motrizes, polos de indústrias e atividades geograficamente concentradas

combinado com agentes passivos, que são as indústrias movidas e regiões dependentes de polos concentrados, onde os ativos estimulam os passivos, características de crescimento.

Assim sendo, o desenvolvimento não surge apenas da introdução desses polos de desenvolvimento, no caso em estudo, do Polo Industrial de Manaus, pois essas muitas vezes provocam desequilíbrios econômicos e sociais. Essas distorções e desequilíbrios podem ser facilmente observadas no estado do Amazonas, onde um único município, Manaus, que possui, conforme dados do IBGE (2015), aproximadamente 67 bilhões de reais de PIB a preços correntes, dos 86,56 bilhões de reais do Amazonas no mesmo ano, ou seja 77% do PIB estadual em um único município. Além disso, das 4.080.611 de pessoas no Amazonas, 2.145.444, concentram-se na capital, Manaus, isto é, 52% de todos que vivem no Estado. Aliado a isso, quanto ao desenvolvimento socioeconômico, conforme dados do PNUD e presentes nos Quadros 5 e 7, Manaus é o único município do Estado, em 2010, que possui em IDHM classificado como alto.

Torna-se evidente, conforme observado na Teoria dos Polos de Crescimento, a inserção do Polo Industrial de Manaus, provocou efeitos semelhantes aos teorizados por Perroux, onde o mesmo, em um dado momento causou distorções, desequilíbrios e forte dependência técnica (*linkage*) dos municípios do interior com a capital, Manaus.

Ademais, o estado do Amazonas, visto como se fosse a unidade, é tido como possuído de IDH média, segundos dados do PNUD (2010). No entanto, vemos mais da metade de seus municípios com IDHM baixo ou muito baixo.

Destarte, aplicando e adaptando, de nacional para estadual, percebemos as desiguais situações no Estado quanto ao ritmo de desenvolvimento, em um primeiro momento, os municípios da região metropolitana de Manaus, possuem maior IDHM e maior renda, muito devido à distância e às transferências que ocorrem de forma muito mais rápida entre esses com a capital, e por último, os municípios mais distantes. Entretanto, o que se evidencia, são regiões, com IDHM próximos entre si, mas diferentes e regiões com condições propícias para o desenvolvimento, fora elementos internos ao município, que não foram considerados neste trabalho, por exemplo, a exploração de petróleo em Coari, região não pertencente à região metropolitana de Manaus.

Myrdal (1965) explica que no subdesenvolvimento e desenvolvimento estão envolvidos fatores não só de natureza econômica, como também os não-econômicos. O autor elabora a Teoria da Causação Circular Cumulativa cujo objetivo é analisar as inter-relações dentro de um sistema social, enquanto o sistema econômico movimenta-se com base em questões exógenas (MADUREIRA, 2015).

Além do mais, o mesmo apresenta o conceito de *backwash effects* (efeitos regressivos), onde o crescimento de uma comunidade gera efeitos negativos nas comunidades vizinhas, acentuando as disparidades regionais, uma vez que tal efeito

ocasiona migração de fluxo de capitais para as regiões ricas e avançadas, no caso em questão, dos municípios menos desenvolvidos aos mais desenvolvidos, não só Manaus, como também a região metropolitana e os de maior participação no PIB. A migração de capital humano, por isso, deve-se muitas das vezes tendo em vista a busca por melhores condições de vida ou oportunidades, não encontradas nos municípios menos desenvolvidos.

Entretanto, Myrdal, em contraponto ao efeito regressivo e gerado por esses, apresenta os *spread effects* (efeitos propulsores), que representam ganhos que as regiões menos desenvolvidas ou estagnadas obtêm, devido ao desenvolvimento de suas circunvizinhas, via fornecimento de bens de consumo ou matéria-prima.

Neste ponto, é importante ressaltar que, apesar da implantação do Polo Industrial de Manaus, ter, num primeiro momento, ocasionado distorções de desenvolvimento na região, à longo prazo, seus efeitos, dependendo do ponto de vista, podem ter neutralizado os *backwash effects*, tendo em vista a importância estratégica deste polo não só no estado, como também na região Norte, onde seus benefícios estendem-se para grande parte dos municípios abrangidos por ela, cuja situação geográfica corrobora para o pouco dinamismo econômico.

CONCLUSÕES

Desde a década de 1950, o estudo da dinâmica regional vem ganhando relevância devido ao entendimento acerca da heterogeneidade das regiões que compõe um conjunto maior, regiões essas que vão desde o globo terrestre, continentes, países, estados, municípios ou ainda dentro de uma própria cidade nas quais regiões, de menor tamanho estão inseridas, com semelhanças e diferenças diante de suas circunvizinhanças. Desse modo, se tem uma crescente percepção de que o desenvolvimento, entre tais regiões, ocorre por vias e condições diferentes, manifestando-se nessas com intensidades variáveis e sendo provocada por fatores que vão além do crescimento econômico.

Com isso, considerando que cada região possui suas particularidades, as teorias de desenvolvimento regional passam a dar suporte teórico ao entendimento dos processos e etapas que tais regiões percorrem. Essas teorias começam a ser aperfeiçoadas, desde os primeiros, e mais rudimentares grupos, do século XIX, até os autores, imediatos ao pós-guerra, chegando aos autores do século XXI.

As teorias aqui brevemente expostas, entraram em voga e passaram a direcionar políticas públicas ao redor do globo, essas que, pela primeira vez, consideravam a interdisciplinaridade na abordagem do desenvolvimento econômico, que possuía, por vezes, vieses exclusivamente econômicos.

Portanto, estudos que visam verificar o desenvolvimento econômico, de forma geral, dos 62 (sessenta e dois) municípios, inseridos dentro de um Estado de dimensões continentais e cujo território é ocupado pela maior floresta do mundo,

estaria prejudicado se não levasse em consideração a interdisciplinaridade, a análise historiográfica, geográfica, psicológica, biológica, política e dentre outras, onde essas contribuem, junto às teorias de desenvolvimento regional, para explicar, com a maior acurácia possível, o desenvolvimento dessa região.

Dessa forma, o presente estudo buscou demonstrar a situação de desenvolvimento, semelhante, dos municípios amazonenses, no sentido de seus poderes públicos, representados por suas Prefeituras Municipais, apresentarem forte dependência de transferências intergovernamentais, além da influência do município mais distinto entre esses, Manaus, no desenvolvimento daqueles. Isso tudo, tendo em vista a observação da realidade dessas regiões, inseridas em um contexto maior, sem, no entanto, cometer o erro da generalização, afinal, apesar das semelhanças vistas em um primeiro momento, cada município possui suas particularidades, como demonstrado na heterogeneidade das regiões nos parágrafos anteriores desta conclusão.

Acrescenta-se ainda, neste final, o que pode ser visto nos quadros que demonstram o IDHM, os municípios, apesar de caírem de posição em âmbito nacional, todos, desde o início da análise em 1991, até a divulgação dos últimos dados, apresentam, constantes, às vezes tímidos, avanços. Apesar dos empecilhos ao desenvolvimento, o mesmo, de fato, acontece. Entretanto, o desenvolvimento se mostra em ritmo pouco satisfatório ou mesmo insatisfatório diante do montante de recursos que são repassados aos municípios e levando-se em consideração o ritmo de desenvolvimento de dos municípios de outros Estados do Brasil.

Destaca-se a má gestão dos recursos repassados aos municípios, indicada pelas 1.381 contas reprovadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, no período de 2008 a 2018.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

CANZIAN, Fernando. 70% dos municípios dependem em mais de 80% de verbas externas. Folha de S. Paulo. 2016. Disponível em: < <http://temas.folha.uol.com.br> > Acesso em: 25/06/2018.

CAVALCANTE, L. R. M. T. Produção Teórica em Economia Regional: uma proposta de sistematização. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**. São Paulo, vol. 02, nº 1, p. 09-32, 2008.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1963.

IBGE. População estimada: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estimativas da população residente com data de referência 1o de julho de 2017.

KLEIN, Cristiane Fernanda. O desenvolvimento econômico regional na região Sul do Brasil. 2017. Dissertação Mestrado.

KUZNETS, S. **Aspectos Quantitativos do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Forense, 1970.

LIMA, Ana Carolina da Cruz; SIMÕES, Rodrigo Ferreira. Teorias clássicas do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica: o caso do Brasil. **RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 12, n. 21, 2010

MADUREIRA, Eduardo Miguel Prata. Desenvolvimento regional: principais teorias. **Revista Thêma et Scientia-Vol**, v. 5, n. 2, p. 9, 2015.

MAQUIAVEL, Nicolau. **Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio**. Trad. Sérgio Bath. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1979.

MYRDAL, G. **Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas**. Lisboa: Editora Saga, 1965. 240 p.

OLIVEIRA, Gilson Batista. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista da FAE**, v. 5, n. 2, 2002.

PAMPLONA, Karla Marques. Federalismo fiscal, transferências intergovernamentais constitucionais e desenvolvimento regional. Uma análise em prol da efetividade dos direitos fundamentais. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 14, n. 2328, 15 nov. 2009.

PERROUX, F. A Economia do século XX. Porto: Herder, 1967.

ROSTOW, W. W. **Politics and the Stages of Growth**. Cambridge: The University Press. 1971

APÊNDICE A: COLOCAÇÕES DOS MUNICÍPIOS AMAZONENSES, REFERENTE AO IDHM, EM ÂMBITO ESTADUAL E NACIONAL EM 1991, 2000 E 2010

Município	Posição IDHM (1991)		Posição IDHM (2000)		Posição IDHM (2010)	
	Amazonas	Brasil	Amazonas	Brasil	Amazonas	Brasil
Alvarães	25 °	4041 °	42 °	5128 °	46 °	5416 °
Amaturá	47 °	4930 °	25 °	4564 °	35 °	5049 °
Anamá	24 °	4029 °	27 °	4637 °	17 °	4284 °
Anori	9 °	3156 °	20 °	4303 °	34 °	5027 °
Apuí	20 °	3747 °	15 °	4150 °	7 °	3357 °
Atalaia do Norte	51 °	5036 °	47 °	5339 °	62 °	5563 °
Autazes	9 °	3156 °	24 °	4452 °	24 °	4695 °
Barcelos	22 °	3846 °	38 °	4986 °	55 °	5531 °
Barreirinha	30 °	4272 °	30 °	4768 °	26 °	4764 °
Benjamin Constant	27 °	4144 °	32 °	4917 °	26 °	4764 °
Beruri	37 °	4649 °	50 °	5384 °	53 °	5510 °
Boa Vista do Ramos	35 °	4383 °	44 °	5139 °	31 °	4941 °
Boca do Acre	34 °	4362 °	29 °	4747 °	18 °	4444 °
Borba	26 °	4067 °	32 °	4917 °	35 °	5049 °
Caapiranga *	44 °	4866 °	28 °	4713 °	29 °	4869 °
Canutama	56 °	5319 °	41 °	5047 °	44 °	5395 °
Carauari	39 °	4717 °	49 °	5356 °	40 °	5209 °
Careiro	54 °	5137 °	51 °	5393 °	38 °	5098 °

Careiro da Várzea	50 °	5009 °	35 °	4945 °	30 °	4884 °
Coari	23 °	3933 °	32 °	4917 °	21 °	4495 °
Codajás	12 °	3193 °	13 °	4099 °	32 °	4984 °
Eirunepé	29 °	4241 °	26 °	4623 °	32 °	4984 °
Envira	43 °	4789 °	48 °	5353 °	52 °	5502 °
Fonte Boa	53 °	5067 °	55 °	5464 °	44 °	5395 °
Guajará	40 °	4746 °	40 °	5035 °	42 °	5382 °
Humaitá	28 °	4217 °	9 °	3567 °	15 °	4029 °
Ipixuna	45 °	4882 °	56 °	5475 °	59 °	5554 °
Irlanduba	19 °	3723 °	15 °	4150 °	12 °	3847 °
Itacoatiara	5 °	2338 °	3 °	3350 °	5 °	3222 °
Itamarati	57 °	5325 °	52 °	5424 °	61 °	5556 °
Itapiranga	4 °	2323 °	7 °	3527 °	3 °	3030 °
Japurá	58 °	5343 °	58 °	5515 °	48 °	5449 °
Juruá	32 °	4315 °	45 °	5234 °	48 °	5449 °
Jutaí	60 °	5451 °	58 °	5515 °	51 °	5477 °
Lábrea	47 °	4930 °	37 °	4960 °	43 °	5390 °
Manacapuru	16 °	3455 °	15 °	4150 °	11 °	3820 °
Manaquiri	52 °	5058 °	19 °	4290 °	16 °	4238 °
Manaus	1 °	496 °	1 °	1545 °	1 °	850 °
Manicoré	35 °	4383 °	31 °	4778 °	23 °	4590 °
Maraã	41 °	4762 °	61 °	5534 °	56 °	5535 °
Maués	17 °	3543 °	11 °	3858 °	18 °	4444 °
Nhamundá	11 °	3171 °	12 °	4079 °	21 °	4495 °
Nova Olinda do Norte	21 °	3766 °	42 °	5128 °	37 °	5081 °
Novo Airão	42 °	4776 °	20 °	4303 °	28 °	4841 °
Novo Aripuanã	30 °	4272 °	35 °	4945 °	39 °	5146 °
Parintins	3 °	2237 °	4 °	3381 °	2 °	2946 °
Pauini	61 °	5475 °	62 °	5537 °	57 °	5538 °
Presidente Figueiredo	2 °	1407 °	2 °	2719 °	4 °	3172 °
Rio Preto da Eva	14 °	3232 °	18 °	4199 °	13 °	3884 °
Santa Isabel do Rio Negro	55 °	5150 °	38 °	4986 °	60 °	5555 °
Santo Antônio do Içá	59 °	5359 °	57 °	5511 °	58 °	5541 °
São Gabriel da Cachoeira	6 °	2688 °	7 °	3527 °	14 °	3927 °
São Paulo de Olivença	38 °	4704 °	54 °	5452 °	50 °	5453 °
São Sebastião do Uatumã	13 °	3217 °	20 °	4303 °	24 °	4695 °
Silves	8 °	2923 °	6 °	3409 °	8 °	3448 °
Tabatinga	17 °	3543 °	10 °	3636 °	10 °	3771 °
Tapauá	62 °	5534 °	60 °	5532 °	54 °	5524 °
Tefé	15 °	3286 °	14 °	4137 °	6 °	3312 °
Tonantins	45 °	4882 °	53 °	5444 °	41 °	5225 °
Uarini	33 °	4335 °	46 °	5270 °	46 °	5416 °
Urucará	7 °	2718 °	5 °	3398 °	9 °	3702 °
Urucurituba	47 °	4930 °	23 °	4319 °	18 °	4444 °

Fonte: Autor, a partir dos dados divulgados pelo PNUD.

APÊNDICE B: PRODUTO INTERNO BRUTO PER CAPITA E ATIVIDADE COM MAIOR VALOR ADICIONADO BRUTO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS NOS ANOS DE 2000, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014 E 2015

Município	Ano							Atividade com maior valor adicionado bruto
	2000	2010	2011	2012	2013	2014	2015	
Alvarães	1.495,05	4.145,22	5.718,76	5.432,21	5.992,02	7.017,81	6.580,89	Administração Pública
Amaturá	1.450,32	3.825,29	4.971,51	5.213,52	5.736,06	5.987,95	6.122,20	Administração Pública
Anamá	1.728,33	5.093,04	6.857,65	6.294,26	7.252,25	7.184,73	6.783,79	Administração Pública
Anori	1.487,38	3.955,06	10.790,45	8.054,06	8.384,66	8.975,19	8.009,33	Administração Pública
Apuí	2.006,48	5.787,57	7.067,49	7.325,61	7.948,55	9.530,12	9.938,97	Administração Pública
Atalaia do Norte	1.135,49	4.547,86	5.074,22	5.317,97	5.574,86	7.074,53	7.909,38	Administração Pública
Autazes	2.353,14	4.855,85	5.294,20	5.319,85	5.567,90	6.584,31	7.152,34	Administração Pública
Barcelos	1.355,86	3.642,34	4.407,42	4.688,57	4.956,27	5.425,90	5.525,56	Administração Pública
Barreirinha	1.474,38	4.312,08	4.931,04	5.633,75	6.624,72	6.971,70	6.716,04	Administração Pública
Benjamin Constant	1.670,06	4.107,13	4.995,49	5.227,97	6.307,38	7.023,47	6.203,56	Administração Pública
Beruri	1.815,41	4.774,69	5.597,32	5.477,27	6.229,42	6.814,30	6.907,22	Administração Pública
Boa Vista do Ramos	1.325,94	3.691,16	4.564,62	5.259,40	5.945,36	5.704,08	5.758,03	Administração Pública
Boca do Acre	1.994,36	5.083,29	6.133,61	6.706,60	7.216,05	8.381,87	8.543,42	Administração Pública
Borba	1.302,73	4.543,48	6.004,60	5.915,98	6.204,90	6.589,21	6.629,88	Administração Pública
Caapiranga	1.416,39	6.128,94	8.240,35	8.387,59	9.271,15	10.692,96	10.891,54	Administração Pública
Canutama	1.209,03	3.881,01	4.623,60	5.030,79	5.518,96	5.902,91	5.818,51	Administração Pública
Carauari	2.325,32	5.046,59	6.547,66	6.196,48	7.826,52	8.523,99	8.999,57	Administração Pública
Careiro	1.598,13	4.404,60	4.951,27	5.116,35	5.469,83	6.052,56	6.773,78	Administração Pública
Careiro da Várzea	3.621,79	7.846,37	9.823,83	8.138,82	8.771,85	8.825,18	9.624,89	Administração Pública
Coari	13.582,73	26.331,44	42.848,03	54.433,23	56.055,48	37.772,15	27.260,92	Indústrias extrativas
Codajás	1.348,25	5.216,63	20.472,18	18.548,94	19.159,49	24.840,16	27.682,06	Produção florestal, pesca e aquicultura
Eirunepé	1.607,23	4.949,36	6.336,76	9.022,27	10.273,54	11.401,14	11.996,00	Produção florestal, pesca e aquicultura
Envira	1.452,31	4.390,63	5.256,40	6.719,26	6.473,73	6.778,85	6.877,25	Administração Pública

Fonte Boa	1.180,47	4.221,81	5.042,06	5.264,55	6.067,86	7.120,03	7.558,87	Administração Pública
Guajará	1.220,64	3.669,58	4.443,16	5.381,24	6.063,00	6.443,18	6.731,90	Administração Pública
Humaitá	2.398,07	4.931,32	6.400,95	6.693,33	7.472,59	8.418,49	8.778,41	Administração Pública
Ipixuna	1.180,56	3.137,70	3.358,91	3.606,57	4.208,60	4.298,19	4.487,25	Administração Pública
Irlanduba	2.558,18	7.522,91	9.250,35	9.122,67	10.818,28	11.702,40	13.628,57	Administração Pública
Itacoatiara	2.374,37	9.783,93	12.769,92	14.717,42	15.280,76	16.622,85	18.129,59	Demais serviços
Itamarati	1.779,06	5.346,36	6.687,75	7.221,74	8.914,42	9.259,74	9.689,75	Administração Pública
Itapiranga	1.809,08	10.003,53	11.823,60	10.649,44	7.849,59	9.086,44	8.986,04	Construção
Japurá	787,02	4.471,09	6.056,23	6.155,91	8.377,35	10.387,96	11.805,12	Administração Pública
Juruá	1.470,84	4.504,41	5.470,07	6.869,66	6.811,18	6.624,01	6.844,66	Administração Pública
Jutaí	1.073,25	4.995,84	6.203,41	7.524,85	10.372,59	10.732,90	11.849,71	Administração Pública
Lábrea	1.655,82	5.464,54	6.433,45	8.156,62	9.151,12	8.684,83	9.037,40	Administração Pública
Manacapuru	1.879,88	7.604,06	10.333,43	9.808,18	13.398,65	13.596,41	14.995,57	Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós colheita
Manaquiri	1.522,55	5.468,23	7.458,60	6.472,34	6.869,84	7.525,20	8.141,96	Administração Pública
Manaus	11.037,02	27.832,52	30.303,38	29.837,10	32.201,90	33.370,72	32.592,94	Indústrias de transformação
Manicoré	1.670,71	5.348,76	6.921,40	7.749,25	7.811,07	8.802,87	9.292,86	Administração Pública
Maraã	880,57	3.746,48	4.674,48	4.873,81	5.291,11	6.409,62	6.648,93	Administração Pública
Maués	1.557,17	5.238,70	5.679,33	5.497,87	6.260,23	6.618,27	6.351,26	Administração Pública
Nhamundá	1.501,20	3.811,38	4.664,45	5.700,39	6.515,24	6.032,32	6.079,12	Administração Pública
Nova Olinda do Norte	1.246,49	4.181,81	5.423,38	4.787,70	4.667,08	5.442,93	5.568,46	Administração Pública
Novo Airão	1.463,66	4.996,36	4.835,42	4.984,61	5.540,17	6.538,57	6.617,61	Administração Pública
Novo Aripuanã	1.826,35	3.650,66	5.325,80	4.957,48	5.968,86	6.251,71	6.633,86	Administração Pública
Parintins	1.846,36	5.666,31	7.483,55	7.819,35	9.252,65	8.837,87	8.526,46	Administração Pública
Pauini	1.101,65	4.224,43	5.410,09	5.320,51	5.642,27	7.088,41	7.004,30	Administração Pública
Presidente Figueiredo	3.081,69	11.597,48	20.019,06	20.611,91	23.310,23	20.776,36	23.179,25	Indústrias extrativas
Rio Preto da Eva	2.113,37	7.526,33	10.200,26	11.811,64	11.248,78	12.458,34	14.533,98	Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós colheita
Santa Isabel do Rio Negro	2.405,51	3.605,38	4.666,43	4.471,52	4.991,31	5.677,76	6.831,34	Administração Pública

Santo Antônio do Içá	877,09	3.410,03	3.980,01	4.330,54	5.191,21	6.086,67	6.312,81	Administração Pública
São Gabriel da Cachoeira	1.020,32	4.358,80	4.715,55	4.799,66	5.206,43	6.075,15	6.165,43	Administração Pública
São Paulo de Olivença	997,61	3.464,62	4.040,95	4.375,52	4.942,65	5.337,97	5.307,37	Administração Pública
São Sebastião do Uatumã	2.443,22	3.986,98	5.043,90	5.382,76	6.097,08	6.763,33	6.613,62	Administração Pública
Silves	2.239,86	5.727,64	7.311,77	7.300,77	9.381,77	8.286,96	11.551,94	Administração Pública
Tabatinga	1.975,09	4.534,86	5.511,35	5.059,81	5.610,61	6.142,82	6.246,54	Administração Pública
Tapauá	1.082,89	4.422,04	7.894,38	7.183,12	8.300,83	10.389,51	11.083,25	Administração Pública
Tefé	1.853,10	5.703,17	8.816,19	9.152,31	8.588,20	11.346,51	11.385,78	Administração Pública
Tonantins	1.065,90	3.434,16	4.452,08	4.722,94	5.485,48	5.850,44	6.204,83	Administração Pública
Uarini	1.285,95	6.598,27	6.239,94	7.207,42	8.288,61	9.369,34	9.969,24	Administração Pública
Urucará	1.959,23	5.994,47	15.430,70	13.472,62	14.775,57	17.510,81	18.067,70	Produção florestal, pesca e aquicultura
Urucurituba	1.774,91	4.150,26	4.678,12	5.304,75	5.483,36	5.790,78	5.385,28	Administração Pública

Fonte: Autor a partir dos dados divulgados pelo IBGE (2010-2015).

 **Atena**
Editora

2 0 2 0